

ANDRÉ LUÍS CALLEGARI

TEORIA GERAL DO  
**DELITO**  
E DA IMPUTAÇÃO  
OBJETIVA

TERCEIRA EDIÇÃO  
REVISTA E AMPLIADA

SÃO PAULO  
EDITORIA ATLAS S.A. – 2014

© 2013 by Editora Atlas S.A.

As primeiras edições deste livro foram publicadas pela Livraria do Advogado Editora; 3. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano

Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Callegari, André Luís

Teoria geral do delito e da imputação objetiva / André Luís Callegari –  
3. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8880-3

ISBN 978-85-224-8881-0 (PDF)

1. Crime – Teoria 2. Direito penal  
3. Imputação (Direito penal) I. Título.

14-01050

CDU-343.231

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Delitos : Teoria : Direito penal 343.231  
2. Teoria do delito: Direito penal 343.231

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# SUMÁRIO

*Prefácio, xv*

*Prefácio à primeira edição, xvii*

*Nota à segunda edição, xxi*

- 1 Princípios gerais do Direito Penal, 1**
  - 1.1 Princípio da legalidade, 1
  - 1.2 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos, 3
  - 1.3 Princípio da intervenção penal mínima, 3
  - 1.4 Princípio da proporcionalidade, 4
  - 1.5 Princípio *do ne bis in idem*, 5
  - 1.6 Princípio da culpabilidade, 5
  - 1.7 Princípio da igualdade, 6
  - 1.8 Princípio da humanidade das penas, 6
- 2 Conceito de crime, 9**
  - 2.1 Conceito formal, 9
  - 2.2 Conceito material, 10
  - 2.3 Conceito analítico ou dogmático, 11
- 3 Definições importantes, 13**
  - 3.1 Título do delito, 13
  - 3.2 Tipo penal, 13
  - 3.3 Bem jurídico, 14

**4 Classificação das infrações penais, 19**

- 4.1 Crime e contravenção, 19
- 4.2 Classificação doutrinária, 20
  - 4.2.1 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos., 21
  - 4.2.2 Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão própria, 21
  - 4.2.3 Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade, 22
  - 4.2.4 Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes, 24
  - 4.2.5 Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão), 25
  - 4.2.6 Crimes de dano e de perigo, 27
  - 4.2.7 Crime exaurido, 29
  - 4.2.8 Crimes simples e complexos, 29
  - 4.2.9 Crimes qualificados e privilegiados, 31
  - 4.2.10 Crimes progressivos e progressão criminosa, 31
  - 4.2.11 Crime doloso, culposo e preterdoloso, 32
  - 4.2.12 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes, 33
  - 4.2.13 Crime habitual, 33
  - 4.2.14 Crimes uniofensivos e pluriofensivos, 34

**5 Os requisitos do fato punível, 35**

- 5.1 Conduta, 35
- 5.2 Tipicidade, 36
- 5.3 Antijuridicidade, 36
- 5.4 Culpabilidade, 37

**6 Da conduta, 39**

- 6.1 Considerações gerais, 39
- 6.2 Teorias da ação, 40
  - 6.2.1 Teoria causal da ação, 40
  - 6.2.2 Teoria finalista da ação, 42
  - 6.2.3 Teoria social da ação, 44
- 6.3 Formas de conduta, 46
  - 6.3.1 Comissiva, 46
  - 6.3.2 Omissiva, 46
    - 6.3.2.1 Omissiva própria, 46
    - 6.3.2.2 Omissiva imprópria ou comissiva por omissão, 47
- 6.4 Da ausência de conduta, 48

**7 Da relação de causalidade, 51**

- 7.1 Da conduta, do resultado e do nexo causal, 51
- 7.2 Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições (*conditio sine qua non*), 53

- 7.2.1 Concausas, 54
    - 7.2.1.1 Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito, 54
    - 7.2.1.2 Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito, 55
  - 7.3 Causalidade e omissão própria, 57
  - 7.4 Causalidade e omissão imprópria, 57
  - 7.5 Teoria da causalidade adequada, 59
- 8 Considerações sobre a teoria da imputação objetiva, 61**
  - 8.1 Material de casos, 62
  - 8.2 Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva, 64
    - 8.2.1 Fórmula, 64
    - 8.2.2 Evolução, 65
    - 8.2.3 Interrogantes, 65
  - 8.3 Linhas básicas da teoria da imputação objetiva, 66
    - 8.3.1 Exposição, 66
    - 8.3.2 Imputação do comportamento, 68
    - 8.3.3 A imputação objetiva do resultado, 78
  - 8.4 Algumas conclusões, 85
- 9 Tipo e Tipicidade, 87**
  - 9.1 Considerações iniciais, 87
  - 9.2 Distinções importantes, 88
    - 9.2.1 Tipo e tipicidade, 88
    - 9.2.2 Tipo legal e tipo de injusto, 89
    - 9.2.3 Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude, 90
  - 9.3 Funções do tipo, 90
  - 9.4 Elementos do tipo, 91
    - 9.4.1 Objetivos, 91
    - 9.4.2 Subjetivos, 92
  - 9.5 Formas de adequação típica, 93
  - 9.6 Causas excludentes de tipicidade, 93
    - 9.6.1 Princípio da adequação social, 94
    - 9.6.2 Princípio da insignificância, 95
- 10 Do dolo, 97**
  - 10.1 Considerações iniciais, 97
  - 10.2 Elementos do dolo, 98
    - 10.2.1 Elemento intelectual, 98
    - 10.2.2 Elemento volitivo, 98
  - 10.3 Teorias do dolo, 99
    - 10.3.1 Teoria do consentimento ou da aprovação, 99
    - 10.3.2 Teoria do assentimento, 100

- 10.3.3 Teoria do conhecimento, 100
  - 10.3.3.1 Teoria da representação, 100
  - 10.3.3.2 Teoria da probabilidade, 101
- 10.4 Espécies de dolo, 101
  - 10.4.1 Dolo direto, 102
  - 10.4.2 Dolo eventual, 102
  - 10.4.3 Preterdolo, 103
- 10.5 Dolo e pena, 104
- 11 **Da culpa, 105**
  - 11.1 Considerações iniciais, 105
  - 11.2 Espécies, 106
    - 11.2.1 Culpa consciente, 106
    - 11.2.2 Culpa inconsciente, 106
  - 11.3 Formas de manifestação, 107
    - 11.3.1 Imprudência, 107
    - 11.3.2 Negligência, 107
    - 11.3.3 Imperícia, 108
  - 11.4 Observações finais, 108
- 12 **A tentativa, 109**
  - 12.1 O *iter criminis*, ou também denominado caminho do crime, 109
  - 12.2 Teorias sobre o início da execução. Considerações, 111
    - 12.2.1 Teoria formal-objetiva, 111
    - 12.2.2 Teoria objetivo-material, 112
    - 12.2.3 Teoria objetivo-subjetiva, 112
  - 12.3 Teorias sobre a punibilidade da tentativa, 114
    - 12.3.1 Teoria objetiva, 114
    - 12.3.2 Teoria subjetiva, 115
    - 12.3.3 Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão, 115
  - 12.4 Elementos da tentativa, 115
  - 12.5 Tentativa imperfeita ou inacabada e tentativa acabada, perfeita ou crime falho, 116
    - 12.5.1 Tentativa inacabada ou imperfeita, 116
    - 12.5.2 Tentativa acabada, perfeita ou crime falho, 116
  - 12.6 Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa, 117
    - 12.6.1 Crimes culposos, 117
    - 12.6.2 Crimes preterdolosos, 118
    - 12.6.3 Crimes unissubsistentes, 119
    - 12.6.4 Crimes omissivos puros, 119
    - 12.6.5 Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio, 120
  - 12.7 O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17, 122
    - 12.7.1 Teorias, 126

**13 Desistência voluntária e arrependimento eficaz, 129**

- 13.1 Introdução, 129
- 13.2 Desistência voluntária, 130
- 13.3 Voluntariedade da desistência, 131
- 13.4 Consequências da desistência voluntária, 132
- 13.5 Arrependimento eficaz, 132
- 13.6 Consequências do arrependimento eficaz, 133
- 13.7 Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?, 133
- 13.8 Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz, 134
- 13.9 Arrependimento posterior – art. 16, CP, 135
- 13.10 Requisitos, 135

**14 Erro de tipo, 137**

- 14.1 Introdução e conceito – art. 20, CP, 137
- 14.2 Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo accidental, 139
- 14.3 Descriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP, 140
- 14.4 Erro provocado por terceiro. Art. 20, § 2º, CP, 141
- 14.5 Erro accidental, 143
- 14.6 Erro sobre objeto – *error in objecto*, 143
- 14.7 Erro sobre pessoa – *error in persona*, 143
- 14.8 Erro na execução – *aberratio ictus*, 144
- 14.9 Resultado diverso do pretendido – *aberratio criminis*, 145

**15 Antijuridicidade, 147**

- 15.1 Antijuridicidade e injusto, 149
- 15.2 Antijuridicidade formal e antijuridicidade material, 149
- 15.3 Estado de necessidade, 151
  - 15.3.1 Conceito, 151
  - 15.3.2 Requisitos do estado de necessidade, 152
  - 15.3.3 Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo, 158

**16 Legítima defesa, 159**

- 16.1 Agressão (atual ou iminente) injusta, 160
  - 16.1.1 Direito próprio ou alheio, 163
  - 16.1.2 Utilização moderada dos meios necessários, 165
  - 16.1.3 Consciência da situação justificante (elemento subjetivo), 168

**17 Estrito cumprimento do dever legal, 171**

- 17.1 Exercício regular do direito, 172
- 17.2 Intervenções médicas e cirúrgicas, 173
- 17.3 Violência esportiva, 173

- 17.4 Ofendículos, 174
- 17.5 Consentimento do ofendido, 174

## 18 Culpabilidade, 175

- 18.1 Conceito, 175
- 18.2 Teorias da culpabilidade, 176
  - 18.2.1 Concepção psicológica da culpabilidade, 176
    - 18.2.1.1 Críticas, 177
  - 18.2.2 Concepção normativa da culpabilidade, 177
  - 18.2.3 Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo, 179
- 18.3 Elementos da culpabilidade, 180
  - 18.3.1 Imputabilidade, 180
    - 18.3.1.1 Conceito de imputabilidade, 181
    - 18.3.1.2 Causas de exclusão da imputabilidade, 181
    - 18.3.1.3 Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade, 181
    - 18.3.1.4 Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, 182
    - 18.3.1.5 Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade, 183
    - 18.3.1.6 Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade, 184
  - 18.3.2 Menoridade. Os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP, 184
  - 18.3.3 Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, 184
    - 18.3.3.1 Conceito, 184
    - 18.3.3.2 Fases da embriaguez, 185
    - 18.3.3.3 Divisão da embriaguez, 185
    - 18.3.3.4 Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez accidental, 185
    - 18.3.3.5 Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez accidental, 186
  - 18.3.4 *Actio libera in causa* (ação livre na causa), 186
    - 18.3.4.1 Explicação, 186
  - 18.3.5 Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP, 187
    - 18.3.5.1 Erro e desconhecimento da lei, 188
    - 18.3.5.2 Erro de proibição direto e erro de proibição indireto, 188
    - 18.3.5.3 Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável, 190



- 18.3.5.4 Discriminantes putativas, 190
- 18.3.6 Inexigibilidade de conduta diversa, 191
  - 18.3.6.1 Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa, 193
  - 18.3.6.2 Coação moral irresistível, 193
  - 18.3.6.3 Obediência hierárquica, 194

## 19 Concurso de pessoas, 197

- 19.1 Introdução, 197
- 19.2 Autoria. Teorias e conceito de autor, 197
  - 19.2.1 Conceito unitário de autor, 197
  - 19.2.2 Conceito restritivo de autor, 198
  - 19.2.3 Teoria objetivo-formal, 199
  - 19.2.4 Teoria objetivo-material, 199
  - 19.2.5 Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação, 199
  - 19.2.6 Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva, 200
- 19.3 Coautoria, 202
  - 19.3.1 Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas, 203
    - 19.3.1.1 O organizador, 203
    - 19.3.1.2 O que subjuga a vítima, 204
    - 19.3.1.3 O motorista, 204
- 19.4 Autoria mediata, 205
- 19.5 Participação e teorias, 208
  - 19.5.1 Teoria da acessoriedade máxima, 208
  - 19.5.2 Teoria da acessoriedade mínima, 209
  - 19.5.3 Teoria da acessoriedade limitada, 209
    - 19.5.3.1 Espécies de participação, 210
    - 19.5.3.2 Instigação, 210
    - 19.5.3.3 Cumplicidade ou auxílio, 211
- 19.6 Autoria, participação e delito culposos, 211
- 19.7 Autoria e participação nos delitos omissivos, 213
  - 19.7.1 Autoria colateral, 215
- 19.8 Teorias, 216
  - 19.8.1 Monística ou unitária, 216
  - 19.8.2 Dualística, 216
  - 19.8.3 Pluralística, 216
- 19.9 Requisitos do concurso de pessoas, 217
  - 19.9.1 Pluralidade de condutas, 217
  - 19.9.2 Relevância causal das condutas, 217

- 19.9.3 Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes, 218
- 19.9.4 Identidade de infração, 218
- 19.10 Cooperação dolosamente distinta, 218
- 19.11 Participação de menor importância, 220
- 19.12 Participação impunível, 220
- 19.13 Circunstâncias comunicáveis – art. 30, CP, 220
  - 19.13.1 Circunstâncias objetivas, 221
  - 19.13.2 Circunstâncias subjetivas, 222
  - 19.13.3 Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime, 222
- 19.14 Participação e arrependimento, 223
- 19.15 Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30, CP, 223
  - 19.15.1 Colocação do problema, 223
  - 19.15.2 Delitos especiais próprios e impróprios, 225
  - 19.15.3 Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin, 225
  - 19.15.4 A coautoria nos delitos de infração de dever, 227
  - 19.15.5 Autoria mediata nos delitos de infração de dever, 230
    - 19.15.5.1 Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente, 231
- 19.16 Conclusão, 233
  - 19.16.1 Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão própria, 234

*Bibliografia*, 241